Declaração de privacidade específica

Consulta pública sobre a «proteção dos alertadores»
a seguir denominada «consulta»

1. OBJETIVO

A presente consulta tem como objetivo recolher as opiniões das partes interessadas e das pessoas envolvidas por esta temática, tendo em vista a sua eventual publicação na Internet, sob a responsabilidade do Chefe da Unidade 01, da Direção-Geral Justiça e Consumidores, na qualidade de responsável pelo controlo do tratamento dos dados.

A consulta é organizada pela Unidade C.2 – Política dos direitos fundamentais.

Uma vez que este serviço em linha recolhe e trata dados pessoais, é aplicável o Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que respeita ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados.

2. QUE DADOS PESSOAIS RECOLHEMOS E ATRAVÉS DE QUE MEIOS TÉCNICOS?

Dados de identificação

Os dados pessoais recolhidos e tratados são os necessários para participar na consulta, nomeadamente, nome/apelido/profissão dos participantes, para além dos respetivos pontos de vista sobre os temas em causa. Em determinados casos, podem ser selecionados participantes internos mediante uma amostragem adequada realizada com base nos sistemas Sysper2 ou ComRef. Esta amostragem permite elaborar listas de nomes que o responsável pelo controlo do tratamento dos dados utiliza para enviar convites de participação na consulta. O tratamento dos dados pessoais associados à organização e gestão desta consulta é indispensável à gestão e ao funcionamento da Comissão por força dos Tratados, mais especificamente dos artigos 5.º e 13.º do TUE e dos artigos 244.º a 250.º do TFUE, e em conformidade com os artigos 1.º e 11.º do TUE.

Informações técnicas

A consulta é lançada utilizando o EUSurvey. Devido à sua predefinição, o EUSurvey não guarda quaisquer informações sobre o utilizador. Contudo, por motivos de segurança, é conservado o IP da ligação de cada pedido feito no servidor. Com base neste elemento, é possível identificar a origem dos pedidos. O EUSurvey permite tornar «totalmente anónimo» este tipo de inquérito. Neste caso, é mantido o anonimato total e não são guardados nem o IP nem as informações de contacto. No caso dos inquéritos «Totalmente anónimos», os autores nunca podem identificar a origem da resposta.

Nota: por razões de segurança, o IP poderá ser guardado por outros servidores da Comissão Europeia.

O EUSurvey utiliza dois tipos de «cookies» para guardar dados sobre o utilizador.

1. Cookies que afetam exclusivamente os autores do inquérito: cookies com informações de sessão, para garantir a comunicação fiável com o sistema.

Estes cookies mantêm-se válidos durante toda a sessão e são apagados assim que a sessão for encerrada (no máximo, 24 horas após o último contacto).

2. Cookies que afetam todos os utilizadores: cookies que contêm os identificadores das respostas selecionadas e as respostas em texto livre até o utilizador enviar a sua resposta. Até esse momento, o sistema guarda o projeto de resposta num cookie, de minuto a minuto, para que seja possível recuperá-la em caso de problemas da rede ou no computador do utilizador.

Para que seja possível responder ao inquérito sem ter de estar em linha, o sistema utiliza cookies de sessão a fim de assegurar a comunicação entre o cliente e o servidor. Por conseguinte, o navegador do inquirido deve estar configurado para os aceitar. Os cookies são apagados uma vez terminada a sessão. É igualmente possível participar no inquérito com os cookies desativados, mas neste caso não é possível responder fora de linha.

3. QUEM PODE ACEDER AOS SEUS DADOS PESSOAIS E A QUEM PODEM SER DIVULGADOS?

Os contributos recebidos, juntamente com a identidade dos seus autores, serão publicados na Internet, salvo oposição à publicação dos dados pessoais por motivos de que tal publicação poderia prejudicar interesses legítimos. Nesse caso, os contributos podem ser publicados sob anonimato ou podem não ser publicados de todo. Contudo, o seu conteúdo será tomado em consideração. As objeções à publicação de dados pessoais devem ser comunicadas ao serviço responsável pela consulta (ver «Contactos», mais abaixo).

4. DE QUE FORMA É ASSEGURADA A PROTEÇÃO E A SALVAGUARDA DAS SUAS INFORMAÇÕES?

As respostas, assim como a indicação da língua utilizada na sua redação, são registadas numa base de dados segura e protegida, no Centro de Dados da Comissão Europeia, cujo funcionamento se rege pelas decisões e disposições da Comissão em matéria de segurança estabelecidas pela Direção de Segurança para este tipo de servidores e serviços. A base de dados não é acessível do exterior da Comissão. No interior da Comissão, é possível aceder à base de dados mediante a utilização de um nome de utilizador e uma senha. O acesso à aplicação faz-se através de uma ligação não encriptada, utilizando o protocolo http normal.

5. COMO VERIFICAR, ALTERAR OU APAGAR AS SUAS INFORMAÇÕES?

Se desejar verificar, modificar, corrigir ou apagar dados pessoais conservados pelo responsável pelo tratamento dos dados, poderá contactá-lo utilizando os meios de contacto abaixo indicados e especificando claramente o objeto do pedido.

6. DURANTE QUANTO TEMPO SÃO CONSERVADOS OS SEUS DADOS?

Constarão de uma lista acessível internamente ao pessoal da Comissão, para que possa voltar a ser contactado no futuro, no contexto das atividades da Comissão. Caso discorde desta possibilidade, queira contactar o responsável pelo tratamento dos dados, utilizando os contactos abaixo indicados e especificando o objeto do pedido.

7. CONTACTOS

Se desejar verificar, modificar, corrigir ou apagar os dados pessoais que lhe dizem respeito armazenados pelo responsável pelo controlo do tratamento dos dados ou se tiver perguntas sobre a consulta, sobre qualquer informação tratada no contexto da consulta ou sobre os seus

direitos, pode contactar a equipa de apoio, que trabalha sob a alçada do responsável pelo tratamento dos dados, utilizando as seguintes coordenadas:

Comissão Europeia
DG Justiça e Consumidores
Unidade C2 «Política dos Direitos Fundamentais»
59, rue Montoyer
B-1049 Bruxelas/Bélgica
Telefone: +32 2 295 68 32

Endereço de correio eletrónico funcional da equipa de apoio:

JUST-C2-CHARTE@ec.europa.eu

8. VIAS DE RECURSO

Em caso de litígio, as queixas podem ser dirigidas ao responsável pela proteção de dados da Comissão (DATA-PROTECTION-OFFICER@ec.europa.eu) ou à Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.